



DE DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria Geral do
Município do Rio de Janeiro

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria Geral do
Município do Rio de Janeiro

Simulado Final

PGM RJ

Analista De Procuradoria - Direito

Pós-Edital - Banca: FGV

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso PGR-RJ, cargo de **Analista de Procuradoria - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ECJCBmYqbwBrnqYz8>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 17 - A B C D E | 33 - A B C D E | 49 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 18 - A B C D E | 34 - A B C D E | 50 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 19 - A B C D E | 35 - A B C D E | 51 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 20 - A B C D E | 36 - A B C D E | 52 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 21 - A B C D E | 37 - A B C D E | 53 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 22 - A B C D E | 38 - A B C D E | 54 - A B C D E | 70 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 23 - A B C D E | 39 - A B C D E | 55 - A B C D E | 71 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 24 - A B C D E | 40 - A B C D E | 56 - A B C D E | 72 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 25 - A B C D E | 41 - A B C D E | 57 - A B C D E | 73 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 26 - A B C D E | 42 - A B C D E | 58 - A B C D E | 74 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 27 - A B C D E | 43 - A B C D E | 59 - A B C D E | 75 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 28 - A B C D E | 44 - A B C D E | 60 - A B C D E | 76 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 29 - A B C D E | 45 - A B C D E | 61 - A B C D E | 77 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 30 - A B C D E | 46 - A B C D E | 62 - A B C D E | 78 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 31 - A B C D E | 47 - A B C D E | 63 - A B C D E | 79 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 32 - A B C D E | 48 - A B C D E | 64 - A B C D E | 80 - A B C D E |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/CE9P>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

Quando fiz o ensino médio, em Portugal no final dos anos 1970, o currículo incluía duas disciplinas obrigatórias: português e filosofia. Creio que ambas continuam obrigatórias por lá. Elas me abriram horizontes que talvez eu não tivesse alcançado de outra forma.

Um de meus temas favoritos era a filosofia da ciência. Foi assim que tomei conhecimento de Henri Poincaré (1854-1912) e de suas ideias sobre a natureza do raciocínio matemático. A matemática é uma ciência notável porque é, ao mesmo tempo, dedutiva (rigorosa) e indutiva (criadora de conhecimento): todos os fatos são consequências lógicas de algumas afirmações fundamentais, chamadas “axiomas”. Mas os teoremas, como o de Pitágoras, dizem coisas que vão muito além dos axiomas. Como isso é possível, de onde surge esse conhecimento?

(VIANA, Marcelo. **Histórias da matemática**: da contagem nos dedos à inteligência artificial. São Paulo: Tinta-da-China Brasil, 2024.)

1. Segundo o texto, as disciplinas de português e filosofia, no percurso escolar do autor
 - a) tornaram-se as únicas disciplinas obrigatórias do currículo em Portugal no final dos anos 1970.
 - b) restringiram sua formação ao campo das ciências exatas, sobretudo à matemática.
 - c) abriram horizontes intelectuais que talvez não alcançasse de outra forma.
 - d) impediram que tivesse contato com temas como o raciocínio matemático e a filosofia da ciência.
 - e) serviram apenas como base para memorização de conteúdos clássicos.

2. Pode-se concluir, a partir do texto, que a matemática é considerada pelo autor uma ciência singular porque
 - a) depende exclusivamente da observação empírica para a produção de conhecimento.
 - b) resulta apenas da memorização de axiomas básicos, sem ir além deles.
 - c) combina a dedução lógica de axiomas com a criação de novos conhecimentos em seus teoremas.
 - d) restringe-se a comprovar verdades já estabelecidas por outras áreas do saber.
 - e) exclui a possibilidade de criatividade intelectual em sua formulação.
3. No trecho apresentado, o autor busca valorizar o impacto das disciplinas de português e filosofia em sua formação. Para sustentar essa ideia, a principal estratégia argumentativa utilizada é:
 - a) o uso de dados estatísticos sobre a obrigatoriedade das disciplinas em Portugal.
 - b) a referência à própria experiência pessoal como exemplo para fundamentar sua posição.
 - c) a comparação entre o currículo português e o currículo brasileiro da época.
 - d) a apresentação de citações de filósofos e matemáticos para legitimar sua visão.
 - e) a oposição para criticar a pouca relevância dada a essas disciplinas no contexto escolar.

4. No texto apresentado, é possível distinguir o tema e a tese que orientam a argumentação. Assinale a alternativa que identifica corretamente ambos.

a) Tema: O papel das disciplinas de português e filosofia no ensino médio.

Tese: Elas ampliaram os horizontes intelectuais do autor, possibilitando contato com novos campos de conhecimento.

b) Tema: A obrigatoriedade das disciplinas de português e filosofia.

Tese: Essas disciplinas foram inúteis para a formação do autor.

c) Tema: O currículo escolar em Portugal.

Tese: O currículo português era mais restrito que o de outros países.

d) Tema: O pensamento de Henri Poincaré sobre o raciocínio matemático.

Tese: A filosofia da ciência é mais relevante que a matemática no currículo escolar.

e) Tema: O ensino da matemática como ciência dedutiva e indutiva.

Tese: O currículo português priorizava apenas o raciocínio lógico.

5. Considere o seguinte trecho do texto:

*"A matemática é uma ciência notável porque é, ao mesmo tempo, dedutiva (rigorosa) e indutiva (criadora de conhecimento): todos os fatos são consequências lógicas de algumas afirmações fundamentais, chamadas 'axiomas'. **Mas** os teoremas, como o de Pitágoras, dizem coisas que vão muito além dos axiomas."*

Se substituíssemos o conector "mas" por "pois", a alteração de coesão e coerência resultaria em:

a) Manutenção integral do sentido, já que ambos expressam oposição.

b) Mudança sutil: "pois" introduziria valor explicativo, enfraquecendo a ideia de contraste entre axiomas e teoremas.

c) Mudança radical: "pois" assumiria valor conclusivo, reforçando a ideia de que os teoremas derivam logicamente dos axiomas.

d) Nenhuma mudança significativa, pois os dois conectores funcionam sempre como marcadores de causa.

e) Alteração mínima, pois "mas" e "pois" são equivalentes em valor aditivo, apenas variando em registro de formalidade.

6. Considere o trecho:

"A matemática é uma ciência notável porque é, ao mesmo tempo, dedutiva (rigorosa) e indutiva (criadora de conhecimento)."

Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho mantém o sentido original.

a) A matemática é uma ciência notável, já que une o rigor da dedução à criatividade da indução.

b) A matemática é uma ciência notável, embora seja dedutiva e indutiva ao mesmo tempo.

c) A matemática é uma ciência notável, mas só se mostra dedutiva, sem espaço para indução.

d) A matemática é uma ciência notável, por ser apenas criadora de conhecimento, sem rigor dedutivo.

e) A matemática é uma ciência notável, caso se considere que dedução e indução são processos equivalentes.

7. Considerando o emprego adequado de crase, analise os itens a seguir.

I. O autor se refere à filosofia da ciência como um de seus temas favoritos.

II. A menção à Henri Poincaré demonstra a importância de pensadores para sua formação.

III. A referência à matemática evidencia a relação entre axiomas e teoremas.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

8. Entre as frases abaixo, há uma em que não foi respeitada a norma padrão em relação à colocação de pronomes oblíquos; assinale essa frase.

- a) A filosofia amplia horizontes: sempre me disseram isso.
- b) É genial o professor que explicou-me os fundamentos da lógica.
- c) Não se deve ignorar o papel da dedução na matemática.
- d) Jamais me esquecerei da primeira aula de filosofia.
- e) Convidaram-me para a palestra sobre Poincaré.

9. Assinale a frase abaixo que está corretamente pontuada.

- a) A filosofia, amplia horizontes mas exige disciplina.
- b) A matemática é rigorosa, e criativa.
- c) Henri Poincaré, destacou-se na filosofia da ciência.
- d) De fato, a lógica, organiza o raciocínio.
- e) A dedução é fundamental, sobretudo na matemática.

10. Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo sublinhado mostra valor lógico (não figurado).

- a) O professor lançou luzes sobre o tema complexo.
- b) A filosofia abre portas para novas possibilidades.
- c) O aluno mergulhou nos estudos de lógica formal.
- d) A matemática é considerada ciência exata.
- e) As ideias de Poincaré iluminaram gerações de cientistas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

11. Considere, abaixo, as afirmações:

- 1) Ou Jojo é pintor, ou Bernardete não é cozinheira.
- 2) Se Carlos é matemático, então Jojo não é pintor.
- 3) Bernardete é cozinheira ou Ângela não é motoqueira.

Se as proposições compostas 1), 2) e 3) possuem, respectivamente, valorações F, F e V, pode-se concluir que é verdade:

- a) Bernardete é cozinheira e Jojo é pintor.
- b) Carlos é matemático e Jojo não é pintor.
- c) Jojo é pintor e Bernardete não é cozinheira.
- d) Bernardete não é cozinheira e Jojo não é pintor.
- e) Bernardete não é cozinheira e Carlos não é matemático.

12. Em um quartel, cinco militares foram acusados de furtar a caneta Mont Blanc do coronel. Ao entrar na sala, irritado, o coronel questiona qual deles foi responsável pelo furto.

- “Eu não fui”, responde o soldado.
- “Foi o sargento”, garantiu o cabo.
- “Foi o tenente”, disse o sargento.
- “O cabo está mentindo”, retrucou o tenente.
- “O soldado está falando a verdade”, disse o capitão. Sabendo-se que apenas um dos militares mentiu e somente um deles furtou a caneta do coronel, quem furtou a caneta?

- a) soldado.
- b) sargento.
- c) cabo.
- d) tenente.
- e) capitão.

13. Dos 72 servidores públicos de um certo órgão público, sabe-se que apenas 14 são atletas, 44 são do sexo masculino e 22 são mulheres que não são atletas. Com base nessas afirmações, é correto afirmar que o

- a) número de homens que não são atletas é 36.
- b) número de homens atletas é 10.
- c) número de mulheres atletas é 8.
- d) total de servidores públicos do sexo feminino é 30.
- e) total de servidores públicos não atletas é 56.

14. Para executar a tarefa de resolução de 222 problemas de Matemática, três professores de Matemática dividiram o total de problemas entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, o professor de 30 anos resolveu

- a) 4 problemas a mais do que o de 24 anos.
- b) 8 problemas a menos do que o de 36 anos.
- c) 8 problemas a menos do que o de 24 anos.

- d) 12 problemas a menos do que o de 36 anos.
- e) 18 problemas a menos do que o de 24 anos.

15. A tabela apresenta o controle de estoque de peras no mercado MANIAC FRUITS, em uma semana qualquer. A unidade citada na tabela abaixo, refere-se à unidade de pera.

Controle de Estoque – em unidades

	Início do dia	Unidades vendidas	Unidades compradas	Final do dia
segunda-feira	16	12	25	29
terça-feira	29	16	20	
quarta-feira	33	20	15	
quinta-feira		17	20	
sexta-feira			17	26

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que, na sexta-feira, foram

- a) vendidas 3 peras a mais do que foram compradas.
- b) vendidas 5 peras a mais do que foram compradas.
- c) vendidas 2 peras a mais do que foram compradas.
- d) compradas 3 peras a mais do que foram vendidas.
- e) compradas 5 peras a mais do que foram vendidas.

NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Emanuelle Gouveia

16. Considere uma planilha MS Excel na qual a célula A1 contém o valor 100 e a célula A3 contém a fórmula $=A1/A2*100$ e exibe o texto “#VALOR!”. Dado que as células A1, A2 e A3 estão formatadas como “Geral”, é correto concluir que na célula A2

- a) nada foi digitado.
- b) foi digitada uma string.
- c) foi digitado o número “0,00001”.
- d) foi digitado o número “0”.
- e) foi digitada a string “18/05/25”.

17. Considere o seguinte trecho de planilha elaborado no Microsoft Excel 365 em português:

A	B
1	23
2	14
3	17
4	19
5	34
6	53
7	=MAIOR(A1:A6;2)

O valor mostrado na célula A7, após a resolução da função, será:

- a) 19.
- b) 53.
- c) 34
- d) 17
- e) 23.

18. Qual das opções abaixo representa uma boa prática de navegação segura na internet?

- a) Clicar em links recebidos por e-mail, desde que o remetente pareça confiável.
- b) Utilizar a mesma senha para vários sites para facilitar o acesso.
- c) Manter o navegador e o antivírus atualizados.
- d) Ignorar avisos de segurança do navegador em sites desconhecidos.
- e) Desativar o firewall para melhorar a velocidade da internet.

19. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de phishing:

- a) Ato de capturar dados por meio de interceptação de redes Wi-Fi abertas.
- b) Software malicioso que se disfarça de aplicativo legítimo para enganar o usuário.
- c) Técnica de ataque que visa enganar o usuário para que ele forneça dados sigilosos.
- d) Programa que bloqueia o sistema e exige resgate em dinheiro.
- e) Técnica de propagação de vírus por meio de dispositivos USB.

20. No Google Chrome, o usuário digitou a opção “Estado do Rio de Janeiro” filetype:pdf . Qual das opções indica o retorno que será exibido para ele?

- a) Serão exibidas apenas as páginas que possuem a expressão “pdf” no texto.
- b) Serão exibidos os arquivos pdf que têm exatamente a expressão “Estado do Rio de Janeiro” escrita dessa forma e nessa sequência.
- c) Serão exibidos os arquivos pdf que têm qualquer uma das palavras contidas na expressão “Estado do Rio de Janeiro”.
- d) Serão exibidos os arquivos pdf que não têm nenhuma das palavras contidas na expressão “Estado do Rio de Janeiro”.
- e) Será exibido qualquer arquivo que tenha exatamente a expressão “Estado do Rio de Janeiro” escrita dessa forma e nessa sequência.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

21. O modelo de gestão por resultados, implementado na administração pública desde meados da década de 90, incorpora o acompanhamento, monitoramento e avaliação da gestão a partir de indicadores previamente definidos. Acerca dos indicadores de desempenho utilizados na Administração Pública na busca de resultados, tem-se que:

- I. A eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos insumos disponíveis para a produção de bens ou serviços, a exemplo da medição do alcance dos resultados educacionais previstos no plano de educação.
- II. A efetividade expressa o atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade e pode ser representada pelo aumento na relação leito/pacientes atendidos nos hospitais públicos.
- III. A economicidade pode ser aferida quando há a aquisição de equipamentos de alta qualidade, com um custo abaixo do valor projetado, para uso nas escolas públicas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

22. No contexto das políticas públicas, a dinâmica das relações entre os atores pode obedecer a padrões que geram conflitos, situações competitivas ou mesmo situações em que trocas geram benefícios mútuos. Um dos fatores relevantes que consiste em um acordo ou uma aliança, duradoura ou não, a fim de viabilizar alguns dos objetivos das partes envolvidas, com pequenos pontos de interesse comum, embora permaneçam suas divergências com relação a muitos outros temas, é denominado:

- a) Autoridades de interesse.
- b) Coalizões de interesse.
- c) Conluíos de interesse.
- d) Debates de interesses.
- e) Pressão na defesa de interesses.

23. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I. A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei, podendo variar caso a caso e receber características próprias.
- II. Os conselhos gestores são órgãos públicos, plurais, regidos por regulamento próprio, cuja composição deve atender ao princípio da paridade.
- III. As conferências são espaços não oficiais ou informais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

24. Os cenários de mudanças econômicas mundiais promoveram, em muitos casos, mudanças sociais, políticas e administrativas, a exemplo da evolução do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático, ocorrido na gestão pública brasileira, desencadeado por uma crise fiscal do Estado, que fez nascer um novo modelo econômico de atuação do Estado e, posteriormente, a necessidade de implantação de um novo modelo administrativo de gerenciamento do Estado. Acerca do modelo gerencial e da Nova Gestão Pública, marque a alternativa correta.

a) O modelo de reforma do Estado brasileiro mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientado para o desenvolvimento e levou em consideração a necessidade de reconstrução do Estado em novas bases.

b) A reforma iniciada com o Decreto-Lei n.º 200/1967, considerada um primeiro momento de uma administração gerencial, consolidou na administração direta a centralização das atividades de produção de bens e serviços, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava na prática.

c) Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas é definido de forma discricionária pelo gestor público.

d) O Estado Regulador atua como responsável por definir regras ou padrões a serem seguidos em prestação de serviços essenciais à população.

e) A reforma iniciada em 1995 apresentava o desafio cultural de inserir as práticas de gestão privada no contexto da administração pública.

25. A Administração Pública brasileira tem buscado se adaptar às mudanças da sociedade, incorporando ferramentas da iniciativa privada, com vistas ao alcance dos resultados dirigidos ao cidadão. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) O plebiscito e o controle social são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability afeta negativamente a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade, não há como se falar em governabilidade, que depende, essencialmente, da boa governança.
- d) Uma boa governança depende de poder político para empreender as boas práticas.
- e) Uma gestão empreendedora fundamenta-se, entre outros aspectos, na implementação de instrumentos de participação da sociedade, a exemplo do orçamento participativo e das ouvidorias.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E ÉTICA DO SERVIDOR

Tiago Zanolla

26. O servidor André, ao analisar um projeto de construção em área de proteção ambiental, verificou que a legislação proibia edificações naquele local. Apesar disso, por amizade pessoal com o empreendedor, decidiu aprovar o projeto.

Considerando os princípios constitucionais da administração pública, previstos no art. 37 da CF/88, a conduta de André violou, principalmente:

- a) O princípio da publicidade, pois o ato não foi devidamente divulgado em site oficial do órgão.
- b) O princípio da eficiência, pois o servidor deveria ter agilizado o processo em benefício da população.
- c) O princípio da impessoalidade, pois o servidor não poderia favorecer interesses pessoais em detrimento do interesse público.
- d) O princípio da moralidade, pois a lei apenas exige a legalidade, não abrangendo aspectos éticos.
- e) O princípio da legalidade, mas não o da impessoalidade, pois a amizade pessoal não interfere na aplicação da norma.

27. A servidora Carla, após ser aprovada em concurso público, foi empossada no cargo de Analista Legislativo. Já o servidor João, que havia sido colocado em disponibilidade em razão da extinção de seu cargo, foi convocado a retornar ao serviço público.

Considerando as formas de provimento da Lei Municipal nº 94/1979, assinale a alternativa correta:

- a) O ingresso de Carla caracteriza reintegração, pois ela foi admitida pela primeira vez no serviço público.
- b) O ingresso de João caracteriza reversão, pois ele estava afastado e retornou ao cargo.
- c) O ingresso de Carla caracteriza nomeação, forma de provimento originário; o retorno de João caracteriza aproveitamento, já que decorre da disponibilidade.
- d) O ingresso de João caracteriza promoção, pois passou a ocupar uma nova classe da carreira.
- e) O ingresso de Carla caracteriza promoção, pois corresponde à ascensão funcional dentro da carreira.

28. O servidor João, em razão de descuido, deixou de registrar corretamente documentos importantes em sistema interno, ocasionando atraso na tramitação de processos. Seu chefe imediato aplicou-lhe sanção disciplinar verbal.

De acordo com a legislação disciplinar municipal, a penalidade aplicada a João corresponde a:

- a) Repreensão, pois o descumprimento de deveres deve sempre ser formalizado por escrito.
- b) Advertência, aplicada verbalmente nos casos de negligência.
- c) Suspensão, já que a negligência sempre constitui falta grave.
- d) Reintegração, cabível quando o servidor retorna às suas funções após infração leve.
- e) Multa, pois o atraso na tramitação dos processos afeta diretamente a eficiência administrativa.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Fábio Ramos

29. Em conformidade com os dispositivos contidos na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, analise as assertivas abaixo em relação à iniciativa popular que pode ser exercida:

- I - pela apresentação à Câmara Municipal de projeto de lei subscrito por dez por cento do eleitorado do Município, ou de bairros.
- II - por entidade representativa da sociedade civil, legalmente constituída, que apresente projeto de lei subscrito por metade mais um de seus filiados.
- III - por entidades federativas legalmente constituídas que apresentem projeto de lei subscrito por um terço dos membros de seu colegiado.
- IV - de acordo com o que o Presidente da Câmara Municipal assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão defendidos na tribuna da Câmara Municipal por um dos seus signatários.

Estão corretas as assertivas :

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) II e III.

30. Com relação à SEÇÃO VII da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, assinale a alternativa incorreta.

a) § 2º - A Procuradoria-Geral poderá oficiar no controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo e exercerá a defesa dos interesses legítimos do Município, incluídos os de natureza financeiro-orçamentária, sem prejuízo das atribuições do Ministério Público do Estado e da Procuradoria Especial do Tribunal de Contas do Município.

b) § 3º - O exercício de cargos comissionados na Procuradoria-Geral do Município, excetuados aqueles dos serviços de apoio, é privativo de Procuradores do Município.

c) § 4º - A Procuradoria-Geral do Município prestará qualquer informação dos dados que dispuser a qualquer do povo que o requerer.

d) § 5º - Lei complementar disciplinará a organização e o funcionamento da Procuradoria-Geral, bem como a carreira e o regime jurídico dos Procuradores.

e) § 6º - A Procuradoria-Geral do Município poderá patrocinar medidas judiciais tendentes a promover a aquisição de área urbana no Município, onde se configurem as condições objetivas para usucapião coletivo, nos termos previstos no art. 183 da Constituição Federal.

pleno Estado de Direito desde a promulgação da Constituição de 1824". Por sua vez, o grupo Épsilon defendeu a afirmação segundo a qual "Estado de Direito é um conceito dinâmico, enfrentando várias releituras ao longo do tempo".

Pode-se afirmar que:

- a) apenas o grupo Ômega está errado.
- b) apenas o grupo Beta está errado.
- c) todos os grupos estão errados.
- d) apenas o grupo Épsilon está errado.
- e) apenas os grupos Beta e Épsilon estão errados.

32. Sínforosa, brasileira nata, foi condenada a três anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática de um delito. A pena privativa de liberdade foi substituída por prestação de serviços à comunidade, tendo a condenação transitado em julgado. Nesse caso, à luz da jurisprudência do STF:

- a) Sínforosa perdeu a nacionalidade brasileira.
- b) os direitos políticos de Sínforosa não serão suspensos, já que não ocorrerá prisão.
- c) a condenação criminal não afeta os direitos políticos, em qualquer hipótese.
- d) Sínforosa ficará inelegível, mas poderá votar nas próximas eleições.
- e) Sínforosa terá os direitos políticos suspensos.

33. O Presidente da República, diante de uma situação de relevância e urgência, decide editar uma medida provisória, com força de lei. Assinale a alternativa que prevê uma matéria a respeito da qual essa autoridade não pode editar esse tipo de ato:

- a) para dispor sobre jornada de trabalho.
- b) para trazer regras de ajuizamento de ações e interposição de recursos.
- c) para abrir crédito extraordinário.
- d) para dispor sobre contrato de locação de imóvel urbano.
- e) criando uma nova hipótese de contrato de trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

31. Numa gincana jurídica, os grupos Beta, Ômega e Épsilon deveriam formular afirmações sobre as origens históricas do Estado de Direito e sua evolução. O grupo Beta afirmou que "o surgimento do conceito de Estado de Direito está ligado à derrocada do Absolutismo". Por outro lado, o grupo Ômega afirmou que "O Brasil vivencia um

34. Sobre os Tribunais de Contas, à luz da CF e da jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir:

I – Cabe ao Tribunal de Contas da União julgar as contas anualmente prestadas pelo Presidente da República.

II – As competências constitucionais dos tribunais de contas estão previstas de forma exemplificativa na Constituição.

III – As decisões das cortes de contas que imputem débito ou imponham multa têm força de título executivo.

Está(ão) correto(s) apenas:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) II.
- e) III.

35. A respeito da Tributação e do Orçamento, julgue os itens a seguir:

I – A imunidade tributária, como hipótese constitucional de não incidência de tributos, garante que não sejam cobrados impostos da empresa estatal federal de serviços postais, em relação às suas atividades-fim.

II – O serviço público de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.

III – Compete aos Estados e Municípios instituir a Contribuição sobre Bens e Serviços, criada pela Reforma Tributária (EC nº 132/23).

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I
- e) II

36. O Município do Rio de Janeiro editou lei ordinária disposta sobre o horário de funcionamento do comércio municipal. À luz da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que essa lei é:

- a) inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre direito comercial.
- b) constitucional, desde que a União tenha editado lei complementar delegando essa competência.
- c) constitucional.
- d) inconstitucional, uma vez que a matéria, embora seja de competência municipal, exige lei complementar.
- e) inconstitucional, por invadir a competência residual dos Estados.

37. O Prefeito de Belford Roxo - RJ decidiu delegar ao Procurador-Geral do Município a competência para extinguir, mediante decreto, diversos cargos e funções públicas que estavam vagos. A oposição, porém, suscitou a inconstitucionalidade dessa medida. Pode-se afirmar que, à luz da Constituição e da jurisprudência:

- a) o prefeito possui essa competência, mas ela é indelegável.
- b) o Prefeito não possui essa competência.
- c) o Prefeito possui essa competência e ela é delegável, mas não para a autoridade citada.
- d) o Prefeito possui essa competência, mas ela só pode ser delegada em situações excepcionais.
- e) o Prefeito possui essa competência e ela é delegável, inclusive para a autoridade citada.

38. Wesskkleysson, prefeito do Município Alfa, localizado no Estado Beta, está em seu segundo mandato consecutivo à frente da prefeitura. Sabendo estar inelegível para o cargo de prefeito de Alfa nas eleições de 2024, e conhecedor de sua fama no município vizinho de Zeta, decide para lá transferir seu domicílio eleitoral, na expectativa de candidatar-se a prefeito de Zeta nas eleições de 2024.

Ao consultar sua assessoria jurídica acerca dessa possibilidade, foi-lhe esclarecido corretamente que:

- a) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, uma vez que sua inelegibilidade atinge apenas o território de Alfa.
- b) não poderá candidatar-se a prefeito nas eleições de 2024, mesmo que em outro município.
- c) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, mas não poderá concorrer à reeleição.
- d) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, desde que renuncie ao cargo atual até seis meses antes do pleito.
- e) encontra-se inelegível para qualquer cargo nas eleições de 2024.

39. Joanicléisson, servidor público estadual, foi eleito para o cargo de Governador do Estado. Conforme o disposto na Constituição Federal, ele:

- a) poderá acumular o cargo efetivo e o mandato eletivo.
- b) poderá optar por receber o subsídio do mandato eletivo ou a remuneração do cargo efetivo.
- c) precisará afastar-se do cargo efetivo.
- d) não poderia ter sido eleito, já que os servidores públicos são inelegíveis.
- e) não poderia ter sido candidato, por ser inalistável.

40. A respeito da Ordem Social, julgue os seguintes itens:

- I - Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- II - O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- III - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I e III
- e) III

41. O Prefeito do Município de Seropédica-RJ, irresignado com a aprovação pela Câmara Municipal de uma lei que, no entendimento do alcaide, viola a Constituição Federal, consultou sua assessoria jurídica sobre a possibilidade de ajuizamento de ação de controle concentrado, de competência do STF, sendo então corretamente informado que:

- a) é cabível o ajuizamento de ação de controle concentrado, mas apenas na esfera do TJMT.
- b) é cabível o ajuizamento de ADPF perante o STF.
- c) é cabível o ajuizamento de ADI no STF.
- d) é cabível o ajuizamento de reclamação no STF.
- e) é cabível o ajuizamento de ação ordinária no TJMT.

42. Durante situação de calamidade pública de âmbito nacional, um grupo de 25 Senadores apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional, a fim de constitucionalizar a regra segundo a qual é crime hediondo realizar queimadas. Era previsto, ainda, que essa nova regra atingiria pessoas que tivessem cometido o crime nos dois anos anteriores à entrada em vigor da emenda constitucional. Aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional, por maioria absoluta, a emenda constitucional foi enfim sancionada pelo Presidente da República, promulgada e publicada.

À luz da Constituição, da doutrina e da jurisprudência, pode-se afirmar que a Emenda Constitucional assim aprovada apresenta vícios:

- a) em relação aos limites circunstanciais, formais e materiais.
- b) em relação aos limites formais e materiais.
- c) em relação apenas aos limites formais.
- d) em relação aos limites circunstanciais e materiais.
- e) apenas em relação aos limites circunstanciais.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

43. Agnaldo, concursando, estudou de modo desatento a Lei de Improbidade Administrativa, tendo afirmado INCORRETAMENTE que:

- a) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade não requer a efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, com exceção da condenação à pena de ressarcimento.
- b) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade não exige coerência com a decisão pela aprovação ou rejeição das contas pelos órgãos de controle interno ou externo.
- c) Para apurar a ocorrência de possível ato de improbidade, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação, poderá instaurar inquérito civil ou procedimento investigativo assemelhado e requisitar até mesmo a instauração de inquérito policial.
- d) A perda da função pública se efetiva mediante o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) A multa civil é a única sanção da lei de improbidade que se efetiva com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

44. Caio, empresário do setor de eventos, foi convidado pelo Prefeito do Município Alfa para organizar, de forma voluntária e sem qualquer remuneração, a festa de aniversário da cidade. Durante a organização, Caio direcionou a contratação da empresa de sonorização de seu irmão, sem a devida cotação de preços, causando prejuízo ao erário. O Ministério Público, ao tomar conhecimento dos fatos, pretende ajuizar uma ação de improbidade administrativa.

Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- a) Caio não pode ser responsabilizado por improbidade administrativa, pois não é agente público, atuando de forma voluntária e sem remuneração.
- b) A conduta de Caio, por si só, não configura ato de improbidade, pois a lei exige a obtenção de vantagem patrimonial indevida para o próprio agente, o que não ocorreu.
- c) Caio pode ser considerado sujeito ativo do ato de improbidade, mesmo sem ser agente público.
- d) Apenas o Prefeito poderá ser responsabilizado, pois Caio, como particular, somente responde se induzir dolosamente a prática do ato, o que não está descrito.
- e) A ação de improbidade será improcedente, uma vez que a ausência de remuneração de Caio descharacteriza o vínculo com a Administração Pública para fins de aplicação da lei.

45. Juvenal, pesquisador, protocolou um pedido de acesso à informação junto à Câmara de Vereadores de determinado município, solicitando cópia integral de um processo administrativo específico, cujo objeto é a execução de uma obra pública, para o qual já havia sido proferido ato decisório. Em resposta, a presidência da Câmara negou o acesso, argumentando que, embora finalizado e já apreciado conclusivamente, o processo ainda seria objeto de análise interna.

Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei nº 12.527/2011, assinale a afirmativa correta.

- a) A Câmara de Vereadores agiu corretamente, pois o acesso a qualquer documento que ainda dependa de uma decisão colegiada pode ser negado, com base na proteção do processo deliberativo.
- b) A negativa da Câmara de Vereadores é ilegal, pois o caráter de documento preparatório se esgota com a edição do ato administrativo decisório.
- c) A decisão da Câmara de Vereadores está parcialmente correta, pois poderia negar acesso às opiniões e notas técnicas dos auditores, mas deveria fornecer os dados objetivos e fatos contidos no processo.
- d) O acesso só poderia ser concedido se Juvenal comprovasse a necessidade da informação para a defesa de um direito fundamental próprio, não sendo o exercício do jornalismo motivo suficiente.
- e) A negativa é legal, pois processos de obras públicas, por sua natureza, são considerados informações sigilosas e só se tornam públicos após o trânsito em julgado da decisão administrativa.

46. A Administração Pública de um grande Estado da federação pretende contratar uma solução inovadora para o gerenciamento do transporte público urbano, mas não possui conhecimento técnico suficiente para definir as especificações exatas do serviço desejado. O objetivo é contratar um sistema que integre, por meio de inteligência artificial, os horários de ônibus, metrô e trens, otimizando o fluxo de passageiros. Diante da complexidade e da natureza inovadora do objeto, a Administração avalia qual modalidade de licitação utilizar. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a modalidade mais adequada para esta situação é:

- a) a concorrência, pois se destina a contratações de alta complexidade, permitindo uma ampla disputa entre os interessados.
- b) o pregão, por ser a modalidade obrigatória para bens e serviços comuns, sendo a tecnologia de integração considerada um serviço comum.
- c) o concurso, pois se destina à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, como é o caso do desenvolvimento de uma solução de software.
- d) o diálogo competitivo, pois é vocacionado para contratações em que a Administração não consegue definir objetivamente a solução técnica mais adequada às suas necessidades.
- e) a contratação direta por inexigibilidade de licitação, uma vez que a natureza inovadora do objeto pressupõe a inviabilidade de competição.

47. Um município brasileiro, conhecido por suas festas tradicionais, necessita contratar um show do renomado cantor "Bel Canto", artista consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, para a principal noite do festival da cidade. A equipe de contratação do município está em dúvida sobre a possibilidade de realizar a contratação de forma direta, sem licitação. À luz da Lei nº 14.133/2021, a contratação do artista:

- a) é permitida por dispensa de licitação, desde que o valor não ultrapasse o limite estabelecido em lei para serviços em geral.

b) deve ocorrer por meio de licitação na modalidade pregão, pois se trata de um serviço, ainda que especializado.

c) é caso de inexigibilidade de licitação, desde que o artista seja consagrado e a contratação seja feita diretamente com o artista ou por meio de empresário exclusivo.

d) é vedada de forma direta, devendo ser realizado um credenciamento de todos os artistas interessados, com sorteio para a escolha do contratado.

e) configura inexigibilidade de licitação, mas a contratação só pode ser feita diretamente com o artista, sendo vedada a intermediação por empresário.

48. Determinado servidor público da Câmara de Vereadores do município Alfa, durante ato de rotina, causou intencionalmente dano material a determinado cidadão. Nesta hipótese, é correto afirmar que:

- a) o cidadão poderá cobrar o dano diretamente da Câmara de Vereadores.
- b) o município Alfa responderá pelos danos causados ainda que tenham sido causados fora do exercício das atribuições do servidor.
- c) o cidadão deverá ação judicialmente o servidor para cobrar a indenização pelos danos sofridos.
- d) o município Alfa somente responderia se não houvesse dolo por parte do agente público.
- e) o cidadão deverá cobrar a indenização pelos danos sofridos do município Alfa, que, posteriormente, irá promover a ação de regresso em face do servidor.

49. Uma empresa pública federal, atuante no setor de energia, está passando por um processo de renovação de sua diretoria. Para o cargo de Diretor de Compliance, o Conselho de Administração está avaliando o nome de Mário, um renomado advogado com vasta experiência em governança corporativa. Contudo, foi verificado que Mário, nos últimos 36 meses, atuou como participante de estrutura decisória de um partido político. Conforme as vedações impostas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), a indicação de Mário para o cargo:

- a) é permitida, pois a vedação se aplica apenas a quem exerceu cargo em comissão na Administração Pública, não alcançando a atuação em partidos políticos.
- b) é vedada, pois a lei proíbe a indicação para o Conselho de Administração e para a diretoria de quem tenha atuado, nos 36 meses anteriores, na estrutura decisória de partido político.
- c) é permitida, desde que Mário se desfilie do partido político antes de tomar posse no cargo de diretor.
- d) é vedada apenas para o cargo de Diretor-Presidente, não havendo restrições para as demais diretorias, como a de Compliance.
- e) só seria vedada se Mário tivesse sido candidato a cargo eletivo, não bastando a simples participação em estrutura partidária.

50. Determinada empresa pública municipal, criada para gerir o sistema de saneamento básico, que tem faturamento anual de R\$ 300 milhões, foi alvo de uma auditoria que apontou falhas graves na gestão de riscos e na ausência de controles internos eficazes para prevenir fraudes em contratos. O relatório recomendou a imediata estruturação de uma área de conformidade (compliance) e de uma auditoria interna. De acordo com a Lei nº 13.303/2016, a estrutura de governança da estatal:

- a) deve possuir uma área de conformidade e gestão de riscos, mas a auditoria interna é facultativa para empresas municipais.

b) deve prever um Comitê de Auditoria Estatutário, órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual a auditoria interna se reportará.

c) exige a criação de um comitê de elegibilidade para verificar a conformidade do processo de indicação de administradores, mas não um comitê de auditoria.

d) é definida exclusivamente pelo estatuto social, não havendo regras mínimas obrigatórias na lei sobre auditoria ou compliance.

e) determina que a auditoria interna seja vinculada diretamente ao Diretor-Presidente, para garantir sua independência em relação aos demais diretores.

51. Considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, assinale a hipótese em que o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado necessita ser informado à autoridade nacional ou de consentimento do titular:

- a) nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas na Lei, como ocorre nos casos de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- b) nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente.
- c) em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência de dados.
- d) na transferência dos dados que objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades.
- e) na hipótese de o controlador manter registro das operações de tratamento de dados pessoais.

52. Após estudar os princípios do Direito Administrativo, Marcondes afirmou corretamente que:

- a) O controle da Administração sobre seus próprios atos é uma decorrência do princípio da autotutela, sendo que decorre deste princípio a capacidade da Administração Pública de revogar atos ilegais.
- b) A exigência de publicação dos atos administrativos coaduna-se com a transparência da administração pública, sendo que o princípio da publicidade deve ser garantido de forma irrestrita com vistas à promoção da eficiência administrativa.
- c) A impessoalidade, a publicidade e a motivação são princípios constitucionais expressos.
- d) O princípio da legalidade postula que determinadas matérias devem ser regulamentadas obrigatoriamente por lei formal.
- e) A conduta do agente público com vistas a buscar benefício indevido a determinada pessoa viola o princípio da impessoalidade.

53. Pedro, fiscal de tributos de determinado município, na execução de fiscalização tributária, apreendeu mercadorias de determinado contribuinte, que se encontravam em situação irregular. Neste caso, pode-se afirmar que a referida atuação decorreu do:

- a) poder hierárquico.
- b) poder disciplinar.
- c) poder de polícia, revestindo-se do atributo da autoexecutoriedade.
- d) *jus puniendi* do Estado.
- e) poder de polícia, embora tal ato não seja autoexecutório.

54. Considerando os entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Administração Descentralizada, é correto afirmar que:

- a) a alienação do controle acionário de sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, constituindo-se nas mesmas exigências para a alienação do controle de suas subsidiárias.
- b) para a criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista é necessária autorização específica do Congresso Nacional.
- c) a autorização legislativa não é necessária no caso de venda do controle das subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d) no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista, não há necessidade de autorização legislativa ou processo licitatório para alienação das empresas-matrizes.
- e) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como do controle de suas subsidiárias e controladas não exige autorização legislativa e licitação.

DIREITO CIVIL**Paulo Sousa**

55. João contratou um buffet para realizar a festa de casamento de sua filha. No contrato, constava cláusula expressa de que o serviço incluía alimentos e bebidas de qualidade, bem como a entrega do bolo principal em até uma hora antes do início da cerimônia. No dia do evento, o bolo não foi entregue, e parte dos alimentos chegou deteriorada, impossibilitando o consumo. Além disso, convidados registraram nas redes sociais críticas negativas, o que causou grande constrangimento à família de João.

Considerando as regras do CC/2002 sobre responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de responsabilidade contratual, sendo necessária a prova do dano moral para fins de indenização.
- b) É caso de responsabilidade extracontratual, pois o dano decorre de um ato ilícito praticado fora do vínculo obrigacional.
- c) O buffet poderá excluir sua responsabilidade caso demonstre que o fornecedor terceirizado do bolo deu causa exclusiva ao inadimplemento.
- d) A responsabilidade do buffet é objetiva, pois se trata de obrigação de meio, não havendo necessidade de prova de culpa.
- e) João poderá pleitear cumulativamente danos materiais e morais, sendo os últimos presumidos diante do inadimplemento contratual.

56. Pedro adquiriu uma máquina industrial usada de uma empresa fornecedora. Após dois meses de uso, percebeu que a máquina apresentava um defeito que reduzia sua capacidade produtiva, embora não a utilizasse totalmente. Ao consultar um técnico, descobriu que o defeito já existia antes da compra. Considerando as regras do CC/2002 sobre vícios redibitórios, assinale a alternativa correta

- a) O adquirente só poderá rescindir o contrato, não sendo possível pleitear abatimento proporcional do preço.
- b) Se o alienante conhecia o vício, o adquirente pode exigir, além da restituição do preço ou abatimento, perdas e danos.
- c) Se o alienante desconhecia o vício, não haverá qualquer obrigação de indenizar ou restituir valores.
- d) O prazo para reclamar é de 5 anos, por se tratar de vício oculto em bem durável.
- e) A responsabilidade por vício redibitório exige a comprovação de culpa do alienante.

57. João, credor de Pedro, não cobra judicialmente um crédito exigível por mais de 10 anos. Após esse prazo, resolve ajuizar ação para obter a condenação do devedor ao pagamento. Sobre a situação descrita e considerando as regras do CC/2002, assinale a alternativa correta:

- a) A pretensão de João está sujeita à decadência, pois se trata de ação condenatória.
- b) A prescrição extingue o direito material, tornando impossível qualquer cobrança, inclusive extrajudicial.
- c) A prescrição impede a cobrança judicial e também extrajudicial, mantendo, contudo, a existência da obrigação.
- d) A decadência pode ser alegada a qualquer tempo pelo juiz, inclusive de ofício, independentemente de sua origem legal ou convencional.
- e) A renúncia à prescrição é válida mesmo antes de seu implemento, desde que expressa.

58. João contratou a empresa Alfa para realizar uma reforma em sua casa, com prazo de conclusão em 30 dias. Contudo, por falhas na gestão do cronograma, a obra não foi entregue no prazo estipulado, causando prejuízos a João, que teve de alugar outro imóvel para morar temporariamente. Considerando as regras do CC/2002 sobre inadimplemento, assinale a alternativa correta

- a) João não poderá exigir perdas e danos, pois o atraso decorreu de culpa leve da empresa Alfa, o que afasta a responsabilidade.
- b) João poderá exigir apenas a conclusão da obra, não sendo cabível cumular com perdas e danos.
- c) O inadimplemento é considerado absoluto, autorizando João a recusar a prestação e exigir perdas e danos.
- d) Caso a empresa Alfa prove que o atraso ocorreu por caso fortuito, ainda assim responderá pelos prejuízos, pois a responsabilidade é objetiva.
- e) A mora é *ex persona*, dispensando interpelação prévia do devedor para caracterizar o inadimplemento.

59. Maria é servidora pública federal, lotada em Brasília/DF, mas mantém residência com a família no Rio de Janeiro/RJ, para onde retorna nos finais de semana. Considerando as regras do CC/2002, assinale a alternativa correta

- a) Maria possui domicílio voluntário no Rio de Janeiro e, por isso, pode escolher livremente onde responder às ações.
- b) Maria só possui domicílio no Rio de Janeiro, pois é onde reside com ânimo definitivo.
- c) Maria tem pluralidade de domicílios voluntários e poderá ser demandada indistintamente em Brasília ou no Rio de Janeiro.
- d) O domicílio de Maria é exclusivamente Brasília, porque é o local de sua atividade profissional, sem exceções.
- e) Maria possui domicílio necessário em Brasília, em razão do cargo público, nos termos do art. 76 do CC/2002.

60. Determinada lei foi publicada no Diário Oficial da União em 10 de janeiro de 2024, sem cláusula expressa sobre sua entrada em vigor. Antes mesmo de completado o prazo legal para início de vigência, outra lei foi publicada, alterando alguns dispositivos da primeira, sem mencionar data de vigência própria. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta

- a) Ambas as leis entram em vigor na mesma data: 45 dias após a primeira publicação, contados em dias corridos.
- b) A segunda lei só entra em vigor após decorridos 45 dias da sua própria publicação, sendo irrelevante a vigência da primeira.
- c) Ambas as leis entram em vigor na data da publicação, pois a regra da *vacatio legis* só se aplica se houver disposição expressa na lei.
- d) A segunda lei considera-se lei nova e, portanto, reinicia a contagem do prazo de 45 dias a partir da sua publicação.
- e) A contagem do prazo de vacância é feita em dias úteis, segundo o CPC/2015, razão pela qual as duas leis entrarão em vigor em 45 dias úteis após suas respectivas publicações.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

61. A Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro pretende impetrar mandado de segurança em face de ato que supostamente violaria as suas prerrogativas institucionais. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O mandado de segurança deve ser impetrado pelo Município, uma vez que a Câmara não possui personalidade jurídica.
- b) O mandado de segurança deve ser impetrado pelo Município, uma vez que a Câmara não possui personalidade judiciária.
- c) Cabe a impetração de mandado de segurança pela Câmara de Vereadores para defender os seus direitos institucionais.
- d) A Câmara de Vereadores possui personalidade jurídica, mas não possui personalidade judiciária.
- e) A Câmara de vereadores não possui personalidade jurídica nem personalidade judiciária.

62. Sobre a atuação do município no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A representação em juízo do Município pode ser feita por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada.
- b) A citação do Município, de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante qualquer servidor da repartição.
- c) Ressalvado o porte de remessa e retorno, os recursos interpostos pelo Município são dispensados de preparo.
- d) A representação judicial do Município pela Associação de Representação de Municípios poderá ocorrer em questões de interesse exclusivo de um dos municípios associados.
- e) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento do município devem ser pagas imediatamente pela parte adversa.

63. Paulo ajuizou ação de indenização em desfavor do Município do Rio de Janeiro. O ente público foi devidamente citado e apresentou a sua contestação, juntando alguns documentos para a comprovação de suas teses defensivas. Sobre a prova documental no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, admite-se a prova testemunhal para suprir-lhe a falta.
- b) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.
- c) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, é nulo, ainda que subscrito pelas partes.
- d) O documento público possui fé pública, sendo vedada a sua declaração de falsidade.
- e) O documento particular admitido expressa ou tacitamente é divisível.

64. O Município do Rio de Janeiro teve sentença favorável em ação de indenização por danos materiais proposta em face de Cláudio, empresário renomado. Iniciado o cumprimento de sentença, nenhum bem foi encontrado em nome do executado. Após algumas pesquisas, a municipalidade entendeu estarem presentes os requisitos para a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica. De acordo com o Código de Processo Civil:

- a) Não cabe incidente de desconsideração da personalidade jurídica em cumprimento de sentença.
- b) Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença.
- c) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 30 (trinta) dias.
- d) Da decisão proferida no incidente de desconsideração de personalidade jurídica, caberá apelação.
- e) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

65. Carlos invadiu um imóvel do Município do Rio de Janeiro, tendo no local estabelecido a sua moradia. Assim que cientificado da invasão, o ente público se planeja para ajuizar ação possessória para a retomada do bem. Nas diligências preliminares, o Município descobriu que Carlos é casado com Mônica. De acordo com o Código de Processo Civil, nas ações possessórias, a participação do cônjuge do réu

- a) é sempre dispensável.
- b) é sempre indispensável.
- c) somente é indispensável nas hipóteses de composse ou de ato por ambos praticado.
- d) somente é indispensável na hipótese de composse.
- e) somente é indispensável na hipótese de ato por ambos praticado.

66. Cláudia ajuizou ação de obrigação de fazer em desfavor do Município do Rio de Janeiro. Após a instrução do feito, o juízo julgou totalmente improcedente a pretensão autoral, condenando Cláudia ao pagamento de R\$ 10.000,00 a título de honorários advocatícios, fixados por equidade. De acordo com o Código de Processo Civil, os juros moratórios referentes aos honorários incidirão

- a) a partir do trânsito em julgado.
- b) a partir da citação do réu.
- c) a partir da data de ajuizamento da ação.
- d) a partir da data de intimação no cumprimento de sentença.
- e) a partir da data da prolação da sentença.

67. O Município do Rio de Janeiro é réu em ação de indenização por acidente envolvendo veículo automotor. Para provar as teses defensivas, o Município pleiteou o depoimento pessoal da parte autora, que foi devidamente intimada para tanto. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) a parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, não podendo se valer de consulta a notas breves.
- b) se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confessar, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.
- c) o depoimento pessoal sempre dependerá de requerimento da parte, sendo vedada a sua determinação de ofício.
- d) eventual confissão judicial fará prova contra o confitente e os litisconsortes.
- e) eventual confissão será revogável e divisível.

68. O município do Rio de Janeiro foi condenado ao pagamento de R\$ 303.600,00 (trezentos e três mil e seiscentos reais) a título de indenização em ação judicial, totalizando cerca de 200 salários-mínimos, em sentença ainda não transitada em julgado. De acordo com o Código de Processo Civil, a sentença

- a) não está sujeita à remessa necessária, uma vez que há dispensa quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000,00 (mil) salários-mínimos.
- b) não está sujeita à remessa necessária, uma vez que há dispensa quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 500 (quinhentos) salários-mínimos.
- c) está sujeita à remessa necessária, uma vez que em se tratando de Município, a dispensa somente ocorrerá quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 100 (cem) salários-mínimos.
- d) está sujeita à remessa necessária por se tratar de condenação contra a fazenda pública.
- e) está sujeita à remessa necessária, uma vez que em se tratando de Município, a dispensa somente ocorrerá quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 50 (cinquenta) salários-mínimos.

69. Considerando as prerrogativas da fazenda pública no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A intimação da fazenda pública far-se-á por publicação no diário eletrônico.
- b) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- c) A fazenda pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da publicação no diário oficial.

d) Aplica-se o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

e) A retirada dos autos do cartório ou da secretaria em carga pela Advocacia Pública não implicará intimação de decisão constante do processo retirado que ainda não tenha sido publicada.

70. O Município do Rio de Janeiro pretende ajuizar ação com pedidos alternativos. De acordo com o Código de Processo, o valor da causa corresponderá

- a) à soma dos valores dos pedidos.
- b) ao pedido de menor valor.
- c) ao pedido de maior valor.
- d) ao valor do pedido principal.
- e) ao valor do pedido acessório.

71. O Município do Rio de Janeiro foi intimado de tutela provisória que lhe foi desfavorável. Não concordando com o teor da decisão, pretende recorrer. De acordo com o Código de Processo Civil, será cabível

- a) apelação, no prazo de 15 dias.
- b) apelação, no prazo de 30 dias.
- c) agravo de instrumento, no prazo de 15 dias.
- d) agravo de instrumento, no prazo de 30 dias.
- e) embargos de declaração, no prazo de 15 dias.

72. Bruna, servidora pública, ajuizou ação de indenização contra o Município do Rio de Janeiro, tendo contratado advogado particular para tanto. A autora pleiteou os benefícios da gratuidade de justiça, que foram deferidos pelo juízo quando da análise da petição inicial. O réu, no entanto, pretende impugnar a referida gratuidade, uma vez que descobriu que a servidora pública recebe cerca de R\$ 20.000,00 de salário. Com base no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- b) Caso acolhida a alegação do Município antes da sentença, Bruna poderá interpor agravo de instrumento de imediato.
- c) A impugnação à gratuidade deve ser feita em incidente apartado do processo principal.
- d) A impugnação à gratuidade suspende o processo.
- e) Não se admite a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida por Bruna.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

73. Em processos de execução fiscal, em se tratando de penhora, deverá ser observada a ordem estabelecida na Lei 6.830/1980. Assim, é correto afirmar que a ordem a ser seguida na penhora deve ser:

- a) dinheiro; imóveis; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; navios e aeronaves; veículos; móveis ou semoventes; e direitos e ações.
- b) dinheiro; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; imóveis; pedras e metais preciosos; navios e aeronaves; veículos; móveis ou semoventes; e direitos e ações.

- c) dinheiro; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves; veículos; móveis ou semoventes; e direitos e ações.
- d) título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; dinheiro; pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves; veículos; móveis ou semoventes; e direitos e ações.
- e) dinheiro; pedras e metais preciosos; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; imóveis; navios e aeronaves; veículos; móveis ou semoventes; e direitos e ações.

74. A Procuradoria Geral do Município procedeu à inscrição de diversos créditos de IPTU em dívida ativa. Durante a elaboração do termo de inscrição, ocorreram algumas omissões de dados obrigatórios, sendo posteriormente ajuizada execução fiscal com base na certidão da dívida ativa.

Sobre os efeitos da omissão de requisitos no termo de inscrição da dívida ativa, é correto afirmar que:

- a) a omissão de requisitos obrigatórios gera nulidade insanável da inscrição e do processo de cobrança, devendo ser arquivado definitivamente o feito executivo.
- b) a omissão ou erro relativo aos requisitos obrigatórios são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula.
- c) a omissão de requisitos obrigatórios não afeta a validade da inscrição nem do processo executivo, tendo em vista a presunção absoluta de certeza e liquidez da dívida ativa.
- d) a nulidade decorrente da omissão somente poderá ser sanada mediante nova inscrição em dívida ativa e novo processo judicial, não se admitindo correção no curso do processo executivo.
- e) a omissão de requisitos gera nulidade relativa, que somente poderá ser arguida pelo devedor mediante embargos à execução, não sendo admitida correção pela Fazenda Pública.

75. Sobre os princípios constitucionais aplicáveis aos impostos e as diretrizes do Sistema Tributário Nacional, inclusive considerando aquelas introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, julgue as assertivas a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- I – Os impostos sempre terão caráter pessoal e serão obrigatoriamente graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
 - II – A administração tributária poderá identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte para conferir efetividade aos objetivos de personalização e graduação dos impostos.
 - III – De acordo com a EC 132/2023, o Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da proporcionalidade.
 - IV – As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.
- a) F – V – F – V
b) V – F – V – V
c) V – V – F – F
d) F – F – V – V
e) V – V – V – F

DIREITO FINANCEIRO*Leandro Ravelle*

76. No último quadrimestre de 2025, a Assembleia Legislativa do Estado Y aprovou crédito suplementar em favor da Defensoria Pública estadual, a pedido da própria instituição e com manifestação favorável do Executivo.

Nos meses seguintes, o Governador reteve parcialmente os duodécimos da Defensoria — inclusive as parcelas decorrentes do crédito suplementar aprovado — alegando frustração de receita e necessidade de contingenciamento.

A Defensoria impetrou mandado de segurança para obter o repasse integral e tempestivo de todas as dotações aprovadas na LOA e nos créditos adicionais.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência consolidada do STF sobre o tema, assinale a opção correta:

- a) O Poder Executivo pode reter valores referentes a créditos adicionais aprovados, diante de frustração de receita, desde que comunique previamente ao órgão beneficiário.
- b) A Defensoria Pública não detém autonomia orçamentária plena, podendo o Executivo, por discricionariedade administrativa, reter duodécimos suplementares.
- c) O repasse de créditos adicionais não integra a sistemática dos duodécimos e, por isso, pode ser postergado pelo Governador até o final do exercício financeiro, sem violar a Constituição.
- d) A retenção de duodécimos, inclusive de créditos suplementares e especiais regularmente aprovados, viola a autonomia da Defensoria Pública e afronta a Constituição, impondo-se o repasse integral e tempestivo.
- e) A execução de crédito suplementar pode ser condicionada a decreto do Chefe do Executivo, ainda que sem lei específica, quando houver risco às metas fiscais (LRF).

77. O Município Ómega ajuizou ação contra a União alegando que sucessivas desonerações de IR e IPI (isenções, reduções e incentivos fiscais) vêm diminuindo os repasses ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do qual é beneficiário. Sustenta que tais atos seriam inconstitucionais por afetarem sua capacidade financeira.

Com base na Constituição Federal, na legislação orçamentária e na jurisprudência do STF sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão de benefícios fiscais que reduzam o montante do IR e do IPI é inconstitucional, por comprometer a arrecadação municipal via FPM e violar a autonomia municipal.
- b) A concessão de incentivos fiscais pelo Poder Executivo depende de autorização dos entes beneficiários do FPM, sob pena de inconstitucionalidade.
- c) A base de cálculo do repasse ao FPM deve considerar a arrecadação potencial do IR e do IPI, como se inexistissem incentivos fiscais.
- d) A concessão de incentivos fiscais federais não pode afetar os percentuais mínimos de aplicação obrigatória em educação e saúde pelos municípios.
- e) É constitucional a concessão de isenções e benefícios fiscais pela União, ainda que impliquem redução dos valores repassados aos municípios por meio do FPM, desde que observados os limites legais e constitucionais.

78. No Estado Sigma, a Controladoria estadual apurou que, nos últimos 12 meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes atingiu 96%. Apesar do quadro, o Poder Executivo anunciou que encaminhará projeto de lei criando cargos em comissão para fortalecer a área de gestão e, simultaneamente, concedendo incentivos fiscais setoriais para estimular investimentos privados.

Considerando o regime constitucional de responsabilidade fiscal aplicável aos entes subnacionais e as vedações previstas quando constatado o comprometimento fiscal descrito, assinale a opção correta:

- a) A criação de cargos em comissão é válida, desde que não cause aumento imediato de despesa, podendo o impacto ocorrer apenas no exercício seguinte.
- b) A concessão de benefícios fiscais é possível se autorizada na LOA, porque a limitação do art. 167-A alcança apenas despesas primárias de pessoal.
- c) Enquanto perdurar a situação, a criação de cargos e a concessão ou ampliação de incentivos/benefícios tributários estão entre as vedações constitucionais aplicáveis, para evitar o agravamento do comprometimento das despesas correntes em relação à receita corrente.
- d) As vedações só se aplicam se a razão ultrapassar 100% ou se houver descumprimento de metas da LDO, o que não ocorreu.
- e) A constatação de comprometimento não impede medidas que ampliem benefícios tributários ou despesas, desde que aprovadas pelo Poder Legislativo.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL*Bruno Langoni*

79. A empresa Vida Saudável Serviços Médicos LTDA atua no Rio de Janeiro como operadora de plano de saúde, vendendo contratos diretamente ao público. Em 2025, arrecadou R\$ 10.000.000,00 com mensalidades dos usuários, repassando R\$ 8.000.000,00 a clínicas, laboratórios e hospitais conveniados. Todos os prestadores de serviços médicos estão regularmente inscritos no Município e são contribuintes do ISS sobre o movimento econômico.

De acordo com a Lei nº 691/84, qual deve ser a base de cálculo do ISS devido pela operadora?

- a) R\$ 10.000.000,00, pois a base é o valor integral cobrado do consumidor final.
- b) R\$ 8.000.000,00, pois esse é o valor efetivamente repassado a prestadores de serviços.
- c) R\$ 2.000.000,00, correspondente à diferença entre receitas e pagamentos a prestadores.
- d) A base de cálculo será zero, pois os serviços médicos foram prestados por terceiros.
- e) A operadora não é contribuinte do ISS, pois não presta serviços diretamente.

80. O contribuinte Fábio recebeu, via Diário Oficial, notificação sobre o IPTU de seu imóvel em janeiro de 2024. Em fevereiro, protocolou impugnação administrativa, questionando o valor venal do terreno. Não efetuou qualquer pagamento ou depósito. Em março, o Município emitiu um novo carnê com valor relativo apenas à parte da edificação, não impugnada.

Considerando o Código Tributário Municipal do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) A impugnação suspende a exigibilidade apenas se for feito depósito integral do valor.
- b) O novo carnê é inválido, pois o lançamento original não pode ser desmembrado.
- c) A impugnação suspende a exigibilidade do crédito, mesmo sem depósito.
- d) O lançamento impugnado só poderia ser cancelado com decisão judicial.

e) A impugnação suspende também os acréscimos moratórios, mesmo sem pagamento.

Discursiva

Desvendando Desafios e Construindo um Futuro Cibرنético Seguro

No vasto horizonte da era digital, somos arquitetos do nosso destino virtual, navegando por um território cibرنético que se expande a cada clique. Contudo, junto com as maravilhas dessa nova fronteira, emergem desafios inquietantes que demandam nossa atenção e engajamento. Em um mundo onde a tecnologia é a força motriz do progresso, é vital nos unirmos na busca por soluções para os desafios da investigação criminal em crimes cibرنéticos.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo **Os desafios da Investigação Criminal em Crimes Cibرنéticos** e aborde necessariamente os seguintes aspectos:

1. **Falta de Estrutura e Recursos Tecnológicos.**
2. **Legislação Atual e Lacunas Jurídicas.**
3. **Cooperação Internacional e Jurisdição Transnacional.**

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>